

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.446 - SC (2019/0233552-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **PAULO MARCONDES BRINCAS - SC006599**
: **RENATO MARCONDES BRINCAS E OUTRO(S) - SC008540**
: **MARLI COLLMAN - SC039286**
AGRAVANTE : **JOSÉ MACHADO**
ADVOGADO : **WASHINGTON PATRICK RÉGIS E OUTRO(S) - SC023862**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSÉ MACHADO contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS VENTILADOS NA PEÇA INAUGURAL. INSURGÊNCIA DE AMBOS OS LITIGANTES.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ

SUPPLICADA QUE SUSTENTA QUE O CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES NÃO CONFERIU AO REQUERENTE O DIREITO À SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA. RÉ INTIMADA PARA APRESENTAR O CONTRATO EM QUESTÃO OU A RADIOGRAFIA COMPLETA CORRESPONDENTE, SOB PENA DE PRESUNÇÃO DOS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL. COMANDO NÃO ATENDIDO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBANTES CAPAZES DE COMPROVAR QUE A AVENÇA FOI FIRMADA NA MODALIDADE DE HABILITAÇÃO. ÔNUS QUE INCUMBIA À RÉ, NOS TERMOS DO ART. 333, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JULGADOR QUE CORRETAMENTE PROLATA A SENTENÇA SEGUNDO AS DIRETRIZES DO ART. 359, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DECISÃO INALTERÁVEL.

PRESCRIÇÃO. MATÉRIA EM DEBATE QUE SE SUBMETE À DISCIPLINA DO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E ARTS. 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. DECISÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DA CORTE DA CIDADANIA, CONFORME A LEI DOS RECURSOS REPETITIVOS. DECURSO DO LAPSO TEMPORAL EXTINTIVO IMPOSSÍVEL DE SER AFERIDO PELAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS AUTOS. ÔNUS PROBATÓRIO DO POLO PASSIVO DA DEMANDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 333, INCISO II, DO CÂNONE PROCESSUAL CIVIL.

RECURSO DO AUTOR

VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO PARA FINS DA APURAÇÃO DO NÚMERO DOS VALORES MOBILIÁRIOS A SEREM INDENIZADOS AO SUPPLICANTE. CRITÉRIO DO BALANCETE MENSAL CORRESPONDENTE AO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. ENUNCIADO DA SÚMULA N. 371 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

'Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica,

Superior Tribunal de Justiça

o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização' (Súmula 371 do STJ).

DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. DECORRÊNCIA LÓGICA DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL NESTA SEARA. ENFOQUE VEDADO.

DOBRA ACIONÁRIA. AUSÊNCIA DE PLEITO NA EXORDIAL E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, DE PRONUNCIAMENTO NA SENTENÇA. PEDIDO FORMULADO APENAS NESTE GRAU DE JURISDIÇÃO QUE CONFIGURA INOVAÇÃO RECURSAL. ENFOQUE VEDADO NESTA SEARA.

JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO. EXEGESE DO ART. 219 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DOS ARTS. 397, PARÁGRAFO ÚNICO, E 405, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. DECISÃO ADEQUADA QUANTO AOS DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.

CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO NÚMERO DE AÇÕES FALTANTES. APLICAÇÃO A PARTIR DA FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SENTENÇA ALTERADA NESSE ASPECTO. DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. ATUALIZAÇÃO DESDE A ÉPOCA EM QUE ERAM DEVIDOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PLEITEADO ARBITRAMENTO DA VERBA EM QUANTIA FIXA, COM ESPEQUE NO ART. 20, § 4º, DO CPC. ALEGADA INVIABILIDADE DE ESTIMAR O VALOR DA CONDENAÇÃO. QUANTIA PASSÍVEL DE SER VERIFICADA. SENTENÇA IRREPARÁVEL NESSE PONTO.

'[...] em ações de perfazimento obrigacional resultante da subscrição deficitária de ações de empresa de telefonia, os honorários advocatícios não devem ser fixados em valor determinado, mas em percentual, adotado o de 15%, tendo como base de imposição o valor patrimonial das ações a serem complementadas ou, no caso de conversão da obrigação em indenização por perdas e danos, sobre a quantia que, a tal título, vier a ser encontrada na etapa de liquidação' (Des. Trindade dos Santos).

INSURGÊNCIA DO REQUERENTE E DA SUPPLICADA MONTANTE INDENITÁRIO. APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA MAIOR COTAÇÃO DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A INTEGRALIZAÇÃO E A IMUTABILIDADE DA DECISÃO. PARÂMETRO QUE MELHOR CONCRETIZA O ORDENAMENTO JURÍDICO NO QUE TANGE À REPARAÇÃO CIVIL. DECISUM MODIFICADO.

RECURSO DA RÉ DESPROVIDO E REBELDIA DO DEMANDANTE PARCIALMENTE CONHECIDA E ALBERGADA EM PARTE" (e-STJ fls. 270/272).

Em reexame de matéria repetitiva, foi proferido acórdão com a seguinte

ementa:

"REEXAME EM APELAÇÃO CÍVEL. DEMANDA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR AMBOS OS CONTENDORES.

ARESTO PROLATADO POR ESTE COLEGIADO QUE REJEITOU A PRELIMINAR, NEGOU ALBERGUE AO APELO DA RÉ, ENFOCOU EM PARTE E DEU PARCIAL PROVIMENTO À INSURGÊNCIA DO AUTOR.

DIREITO INTERTEMPORAL. DECISÃO PUBLICADA EM CARTÓRIO EM

Superior Tribunal de Justiça

17-07-12. APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS N. 2, 3 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DE PROCESSO CIVIL DE 1973. RECURSO ESPECIAL MANEJADO PELA REQUERIDA PRETENDENDO, DENTRE OUTROS PEDIDOS, VER ALTERADO O CRITÉRIO UTILIZADO PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DA AÇÃO PARA FINS DE CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS. INCONFORMISMO DIRIGIDO À CORTE DA CIDADANIA. ADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL N. 1.301.989/RS, DE QUE TRATA A MULTIPLICIDADE DE RECURSOS COM FUNDAMENTO IDÊNTICO À QUESTÃO DE DIREITO, COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO, SOB A RELATORIA DO MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, QUE ESTIPULOU DEVER SER CONVERTIDA A OBRIGAÇÃO DE SUBSCREVER AÇÕES EM PERDAS E DANOS MULTIPLICANDO-SE O NÚMERO DE AÇÕES DEVIDAS PELA COTAÇÃO DESTAS NO FECHAMENTO DO PREGÃO DA BOLSA DE VALORES NO DIA DA IMUTABILIDADE DA DECISÃO. COLEGIADO QUE, DIANTE DAS DISPOSIÇÕES DO NOVEL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/15), REFLUI NO POSICIONAMENTO ATÉ ENTÃO ADOTADO PARA SEGUIR O JULGAMENTO EM CARÁTER REPETITIVO. ACÓRDÃO GUERREADO REFORMADO EM CARÁTER DE REEXAME" (e-STJ fl. 482).

No especial (e-STJ fls. 291/307), além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega violação dos artigos 224, I, e 229, § 5º, da Lei nº 6.404/1976 e 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973.

Aduz que não deve prevalecer o entendimento de que o Valor Patrimonial da Ação deva ser apurado com base no balancete do mês da integralização e, sim, de acordo com o último balanço anterior à contratação.

Aponta precedente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul nesse sentido.

No caso de não se entender desse modo, pugna pela adoção de critério misto, pela média do valor do balanço e do balancete, ou seja, "*a soma do balanço anterior e do balancete do mês da integralização, dividido por dois, igual a média, resultando na indenização devida a parte autora*" (e-STJ fl. 298).

Sustenta que faz jus aos dividendos, bonificações, dobra acionária e juros sobre o capital referentes às ações que não foram subscritas, ainda que não haja pedido expresse.

Afirma possuir direito a receber o mesmo número de ações na Telesc Celular.

Argumenta que o ônus de sucumbência deveria ter sido fixado em valor determinado, nos termos do artigo 20, § 4º, c/c § 3º, do CPC/1973.

Após a apresentação das contrarrazões (e-STJ fls. 353/365), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame direto do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Registra-se, de início, que a questão referente ao valor patrimonial da ação foi decidida nesta Corte em julgamento submetido ao procedimento do artigo 543-C do Código de Processo Civil/1973 (REsp 1.033.241/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Segunda Seção, julgado em 22/10/2008, DJe 5/11/2008) e atualmente encontra-se sedimentada na Súmula nº 371/STJ, segundo a qual: *"Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização."*

Outro não foi o entendimento do Tribunal de origem.

Incide ao ponto, portanto, a Súmula nº 568 deste Superior Tribunal de Justiça.

Quanto aos honorários, o aresto recorrido considerou devida a fixada pelo magistrado singular, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, com base no seguinte fundamento:

"(...)

No caso em tela, o Demandante argumenta não haver como estimar o valor da condenação. Porém, na determinação da subscrição de ações a quantia sobre a qual deve incidir a porcentagem arbitrada pelo Juízo a quo 15% (quinze por cento) - é passível de ser verificada levando em conta o valor patrimonial da ação" (e-STJ fl. 287).

Como se vê, ao contrário do afirmado pelo recorrente, embora não tenha a condenação valor fixo, não há impossibilidade de se verificar tal montante, razão por que deve permanecer a estipulação dos honorários em percentual sobre o valor da condenação.

No tocante ao pedido de recebimento dos dividendos, bonificações e juros sobre capital, observa-se a ausência de interesse recursal do recorrente, porquanto tais verbas já foram deferidas pela sentença (e-STJ fl. 212).

Por fim, em relação à dobra acionária, o Tribunal estadual decidiu em sintonia com a orientação jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o direito à complementação acionária da telefonia móvel (dobra acionária), na fase de conhecimento, exige que o pedido seja expresso.

Nesse mesmo sentido, assim já se decidiu:

Superior Tribunal de Justiça

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CRT E CELULAR CRT. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO A LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVO LEGAL. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. DOBRA ACIONÁRIA. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

3. *'A jurisprudência do STJ entende que para haver o direito à complementação acionária da telefonia móvel - dobra acionária - é necessário que o pedido seja exposto e analisado em ação de conhecimento. Nesse sentido, a sentença transitada em julgado reconhecendo a complementação acionária da telefonia fixa não enseja, logicamente, a complementação da dobra acionária, ainda que a parte faça jus.'* (AgRg nos EDcl no REsp 1.404.861/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/6/2014, DJe de 18/6/2014) 4. *Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 585.524/SC, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 23/04/2015 - grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DOBRA ACIONÁRIA. PEDIDOS INDEPENDENTES.

1. *Inviável o deferimento de pedido não especificado na exordial.*
2. *O pagamento de dividendos decorre da complementação de ações. O mesmo entendimento não pode ser aplicado à dobra acionária.*
3. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg nos EDcl no REsp 749.200/RS, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJe 23/06/2008 - grifou-se).

A Súmula nº 568/STJ também se aplica ao ponto.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator